

Uma reforma tributária agora seria a solução ideal, no sentido de que haveria tempo hábil para os graves problemas econômicos que enfrentamos? A velocidade da resposta seria suficiente?

Da forma com que as coisas estão sendo colocadas seria, a meu ver, a única solução. Ninguém está perguntando o que podemos fazer pela Nova República, todo mundo está querendo saber o que pode arrancar do bezerrinho que acaba de nascer. Isso é natural após cinco anos de crise econômica e empobrecimento e de 20 anos sem liberdade sindical.

É natural que os sindicatos queiram salários reais. Mas temos de ver se a Nova República pode pagar isso e ao mesmo tempo atender políticos que desejam uma injeção de recursos no Sulbrasil ou ministros que reivindicam verbas para seus programas. Tais ministros devem entender que precisam remanejar recursos dentro de sua própria área para serem mais eficientes e, possivelmente, financiar alguma obra prioritária. Haverá maturidade política entre aqueles que, pela primeira vez, dependem diretamente do voto e querem ser reeleitos? Será que interesses regionais vão prevalecer à custa da Nação?

O que poderia ser feito nessa conjuntura econômica?

Não sei... Mas cada um tentando resolver o seu problema é que não vai dar. Quando a inflação chegar aos 800%, quando as demandas sociais ficarem incompatibilizadas porque cada um forçou demais, somente então é que vamos ver que o bezerrinho não estava preparado para atender às necessidades de todos. É natural que a educação, relegada a quase nada nos últimos 20 anos, tenha hoje uma demanda muito grande. Mas é importante que o governo enxugue recursos de outra área. Da mesma forma é muito natural que o político do Sul queira resolver o problema do Sulbrasil, o que poderia ser feito com uma reforma tributária, com recursos do próprio Estado, não com dinheiro do Piauí, por exemplo. Se a população local acha que isso é prioritário que o faça. Enquanto isso, o Piauí estará recebendo recursos para investir em barragens contra enchentes.

E os demais programas governamentais, como ficariam?

Temos antes de compatibilizá-los com os recursos existentes. No caso do programa de emergência, por exemplo, acho que é socialmente justo, mas discordo de duas coisas: não estão definidas as fontes de financiamento de forma explícita nem que áreas vão sofrer os cortes. Você pode dizer que os recursos estavam no orçamento, no Pis ou em outro local, mas estavam destinadas a outros programas. Você precisa definir que não vai investir nas outras áreas e o governo precisa anunciar isso. Precisamos saber o que está sendo cortado e o Ministério do Planejamento tem de divulgar uma lista para acabar com essa história do cobertor curto que sempre estica daqui, dali e sempre cabe mais um e o déficit público vira um imenso buraco e as finanças públicas viram o caso.

Quanto ao problema das greves, elas são justas e benéficas para os assalariados?

O balanço das empresas e os salários reivindicados é que indicam se elas são justas ou não. Mas os assalariados devem olhar também o problema do ponto de vista social e econômico. Devem ser examinados os diversos setores. Será que a economia comporta aumentos substanciais de salário real antes que o País retome o crescimento auto-sustentado? Será que tudo o que foi perdido em cinco anos pode ser reposto em um ano?

O aumento de salário, por si só, não é inflacionário se houver controle monetário e fiscal, além do controle de preço para que tais aumentos não sejam repassados. Mas, em compensação, as empresas vão ter que encolher um pouco, perdendo sua rentabilidade. Os sindicatos têm que ver isso claramente, examinar as várias alternativas.

Na hora de decidir por um aumento salarial, caso as políticas monetária e fiscal estejam frouxas, simplesmente esse aumento vai ser comido rapidamente pela inflação. Todos os aumentos serão repassados aos preços e tudo o que o trabalhador ganhou vai perder de forma rápida pela corrosão do salário. Antes, os aumentos eram anuais e passaram a semestrais, mas a inflação dobrou e o trabalhador continua na mesma ou em pior situação. Se, ao contrário, a política monetária e a fiscal estão apertadas e existe controle de preços, esse aumento não vira inflação, mas força a perda de rentabilidade das empresas, que podem optar pelas demissões. Então, 80% dos sindicalizados podem-se beneficiar desse aumento, mas 20% vão ser expelidos e partir para o salário zero. A classe trabalhadora tem de estar alerta para a falsa ilusão, mesmo quando o governo, buscando popularidade fácil, puxa os salários para cima, as leis econômicas não são revogadas por decreto.

O que pode ocorrer caso todas as demandas reprimidas venham à tona, como é natural, e não haja consenso para administrá-las? A pergunta fundamental é: o que podemos dar para a Nova República que está aprendendo a andar? Caso todos insistam em ser atendidos o Brasil vai escorregar para a situação da Argentina. Ninguém pode responder se vai haver suficiente maturidade para escapar do populismo. Entendo por populismo um programa de emergência lançado por um governo federal completamente distante das necessidades reais das populações de Estados e Municípios. Assim, eu prefiro uma reforma tributária, pois canalizando recursos, as comunidades saberão o que precisam. Na hora de cortar gastos surgem as pressões, mas se você corta gastos setoriais tem um impacto setorial, como o programa nuclear. No entanto, se você aumenta impostos tem um impacto em toda a economia. A reforma tributária daria legitimidade e a força que o governo precisa para cortar os gastos.

Por qual razão que o governo anterior tentou e não conseguiu cortar os gastos públicos?

O governo passado não tinha sustentação política para realizar os cortes. Um governo fechado precisa de apoio setorial, de grupos de empresários. Não pode se envolver no risco de um programa de contenção de gastos, não tem a certeza de que a sociedade quer realmente um programa de desestatização. Como ele está distante do povo, não encontra a legitimidade necessária para levar até o fim um programa de austeridade, ficando nessa política monetária do stop and go, enfrentando todas as dificuldades recessivas sem a vantagem de uma queda significativa da inflação. A legitimidade para um programa de austeridade deve ser buscada no Congresso.

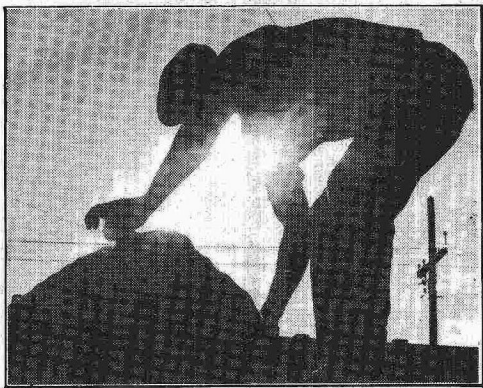
Um combate sério à inflação leva necessariamente à recessão?

Na verdade, quando você corta os gastos do governo existe um tendência de, caindo a demanda agregada, ocorrer um efeito colateral de provocar a recessão, pois os preços não caem instantaneamente. Depois de um certo tempo, quando os preços caem, a demanda agregada volta a subir e o país retoma o desenvolvimento. Isso ocorreu nos Estados Unidos, com uma recessão de dois anos, mas em compensação esse país está crescendo até hoje.



jornal da tarde

O SEU CADERNO DE PROGRAMAS E LEITURAS



SALÁRIOS, IMPOSTOS, GREVES, INFLAÇÃO...



Como fica o Brasil?

É preciso repensar o modelo econômico, definir para onde se deseja levar a Nova República. Só assim poderão ser encontradas as respostas para os problemas do País, conforme explica o professor Paulo Guedes nesta entrevista a José Roberto Arruda.

Se o País não adotar um programa de austeridade nos gastos públicos e não "desinchar" o setor estatal, vamos caminhar para "uma recessão cavalara e para uma moratória interna", segundo as previsões do professor de Economia da PUC e vice-presidente do IBMEC — Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais —, Paulo Guedes. Ele discorda do ministro Francisco Dornelles de que existem quatro possibilidades de se financiar o déficit público: pela emissão de moedas, pela emissão de títulos da dívida pública, cortando gastos governamentais ou aumentando os impostos.

Para o economista, emitir dinheiro ou títulos é uma falácia que não resolve o problema do déficit, apenas o posterga para o futuro. As outras duas, aumento de impostos ou corte nos gastos, são as únicas fórmulas verdadeiras para solucionar o problema. Mas o aumento de impostos é considerado por Paulo Guedes como o caminho direto para a recessão, além de socialmente injusto, pois significa sancionar a ineficiência da máquina estatal e avarizar os erros tipo Sunaman, BNCC, IAA, Sulbrasil, fraudes do Inamps, programa nuclear, etc.

Dessa forma, resta o corte de gastos governamentais, que poderia ser feito, no seu entender, através de uma reforma tributária que desse legitimidade ao programa de austeridade e absorvesse os conflitos e pressões de setores por recursos. Paulo Guedes não aprova novo au-

mento de impostos por achar que o setor privado e os assalariados já pagaram o preço do ajuste, após cinco anos de perda de poder aquisitivo, desemprego e crise econômica.

Exigir mais impostos, para ele, é o mesmo que pedir que as empresas privadas e os assalariados se sacrifiquem outra vez, enquanto o Ministério do Planejamento não divulga para a Nação uma lista de cortes, não especifica como será feito o enxugamento do setor estatal. Decididamente, é uma saída que não condiz com a democracia econômica que se propõe para a Nova República.

O economista diz que é necessário modificar o perfil de gastos do governo, para que este deixe de ser o estado empresário e se transforme no provedor social. Uma reforma tributária, à medida que fosse cortando gastos de setores, como o Programa Nuclear. De US\$ 1 bilhão, repassaria, por exemplo, US\$ 500 milhões para Estados e Municípios aplicarem em áreas sociais como educação, saúde, habitação, saneamento etc. Estes repasses funcionariam como amortecedores sociais e evitariam a recessão, com a vantagem de serem grandes geradores de emprego.

Paulo Guedes pede que seja repensado todo o modelo econômico. Em sua opinião, o governo deveria deixar de agir como na União Soviética, em que um Gosplan despeja planos econômicos de emergência. Para isso, as decisões seriam descentralizadas, deixando que as comunidades indiquem como e onde de-

vem ser aplicados os recursos. Fórmulas ousadas devem ser examinadas, até mesmo com a transferência de parte ou do todo de siderúrgicas ou outras empresas estatais para multinacionais interessadas. O capital estrangeiro deve deixar de entrar preferencialmente sob a forma de empréstimos e financiamentos para vir para cá como capital de risco.

Hoje, o setor privado encontra-se acuado, sem coragem e condições para investir. As taxas de investimento na economia brasileira caíram de 26%, em 1976, para 14%, em 1984. O setor estatal absorve a maioria dos recursos da economia e eleva os juros de tal maneira que não sobra espaço para as empresas privadas. Enquanto não for revertido esse processo, enquanto o setor privado não voltar a investir, não haverá desenvolvimento auto-sustentado. Sem o reordenamento das finanças do setor público isso não será possível.

Segundo Paulo Guedes, a atual política econômica pode levar à queda da inflação, mas à custa de uma recessão mais grave e mais profunda que a dos anos 1982/83. Isso porque os juros estão em ascensão, o câmbio sofrendo aumentos reais, os salários idem, enfim todos os custos de produção puxando para cima, e a rentabilidade das empresas para baixo, com o controle de preços. Com as receitas comprimidas e os custos subindo não restará outra solução para as empresas privadas senão encolher, cortando investimentos e demitindo mão-de-obra. É a recessão.

Muita gente diz que o combate à inflação só pode ser realizado com eficácia em países ditatoriais. Entretanto, a Inglaterra, a França, a Itália, a Espanha socialista de Felipe Gonzales são exemplos bem-sucedidos de combate à inflação numa sociedade aberta. A Espanha conseguiu até realizar um programa de desestatização, porque o socialista Felipe Gonzales percebeu que o buraco do setor público estava ficando muito grande.

A nossa atual política econômica conseguirá reduzir a inflação?

Uma política econômica baseada no controle dos preços e numa política monetária restritiva, sem corte do déficit público, como estamos fazendo hoje, nos levará para uma recessão cavalara. Se persistirmos nesse caminho, a inflação vai ceder, mas novamente quem pagará a conta será o setor privado e os assalariados, com a recessão e o desemprego.

Temos um coquetel explosivo. O Banco Central faz um open agressivo, lançando títulos e elevando os juros ao infinito. Na verdade, o Banco Central pensa que está

fazendo com isso uma política monetária, mas está fazendo uma política fiscal porque o governo não corta seus gastos e o dinheiro obtido com os títulos não serve para congelar a moeda em circulação, mas tapar rombos no orçamento. De Cr\$ 2,5 trilhões colocados em títulos pelo Banco Central até agora, Cr\$ 2,3 trilhões foram para financiar buracos nos orçamentos monetário e fiscal e apenas Cr\$ 200 bilhões para retirada de moeda em circulação. Como o governo não realiza uma política fiscal contencionista, o BC continua elevando as taxas de juros. Os sindicatos exigem aumentos reais de salários. Com custos financeiros aumentando, custos de mão-de-obra também, taxa cambial com desvalorizações acima da inflação, enfim todos os custos subindo e as empresas com sua margem de rentabilidade controlada pelo CIP, chega o governo e anuncia novos aumentos de impostos... Vamos ter uma recessão cavalara.

Isso não quer dizer que todo o combate à inflação resulte em recessão. A recessão pode ser muito atenuada. Se você cortar os gastos governamentais em programas seto-

riais, os efeitos serão sentidos pelos empreiteiros e fornecedores de equipamentos desses programas. Mas os recursos podem ser, em parte, realocados para setores mais intensivos de mão-de-obra, que neutralizem os efeitos recessivos.

Com a redução do déficit público, quando o governo e as empresas estatais não precisarem de tantos recursos, os juros vão cair e as empresas do setor privado voltarão a investir. Hoje, existe uma piscina de liquidez, com uma expansão da moeda de 260% ao ano, mas o setor público está sentando nessa piscina, como um imenso elefante, não deixando espaço para o setor privado. Também dizem que não é possível combater a inflação com os juros em declínio. É possível, sim, desde que a velocidade do corte de gastos governamentais compense o enrugamento da moeda necessária para o saneamento financeiro. Foi como fizeram Campos e Bulhões, em 1965, quando o País cresceu 1,8% e o setor privado retomou a mola propulsora do desenvolvimento.

Com a inflação caindo, o setor privado retoma o crescimento. Com o déficit público

caindo, caem os juros e não é preciso aumentar os impostos. Assim, o estrangulamento cambial desaparece e as pequenas e médias empresas voltam à claridade econômica. Além do setor privado, você terá os Estados e Municípios marcando presença com investimentos nas áreas sociais. É possível um combate à inflação sem recasso muito forte, depende da maturidade. Da mesma maturidade que nossos políticos mostraram na redemocratização do País, que seja transposta para a área econômica.

A equipe econômica governamental está falando a mesma linguagem ou não houve ajuste ainda?

Você pode observar um problema de linguagem diferente. Não tanto a nível de ministros, mas de segundo escalão. O Ministério da Fazenda fala em corte dos gastos para conter o déficit público. O Planejamento pensa em aumento de impostos com a mesma finalidade, alegando que a carga tributária é baixa. Os dois são técnicos qualificados e vão acabar acertando suas posições.

Mas existem concepções diferentes que embaraçam a renegociação da dívida externa. Se você percebeu, do ponto de vista do ajustamento tanto o Banco Central quanto a Fazenda acreditam que um programa ortodoxo de combate à inflação, prescrito pelo FMI, funcionaria, e somente não funcionou até hoje porque não cumprimos com nenhuma carta de intenções.

Para a assessoria do Sayad, não propriamente o ministro, mas seus assessores, observa-se críticas contundentes ao programa do FMI, qualificado como recessivo e ineficaz no combate à inflação. Economistas do PMDB julgam também que necessitamos de dinheiro novo e falam em capitalizar os juros da dívida externa.

Nestas duas formas de visão do problema econômico existe embutida uma filosofia, não é somente um problema técnico. Estas duas maneiras de pensar indicam se somos favoráveis a maior ou menor estatização, a maior ou menor intervenção do Estado na economia. Quando você propõe aumentar impostos para cobrir gastos, está sancionando de uma certa forma tais gastos, está aprovando a intervenção direta e indireta das estatais na economia. Assim, está avalizando a eventual estatização de alguns bancos que enfrentem dificuldades, a ineficiência da máquina estatal que gera erros como o da Sunamiam, BNCC, IAA etc. Há dois anos aumentaram as alíquotas da Previdência como forma de financiar o setor. Ficou provado, agora, que estamos financiando as fraudes do Inamps, enquanto que o déficit continua a aumentar. O que eu quero é uma parada nos gastos. Primeiro quero saber como o dinheiro que pago como imposto está sendo utilizado.

Os economistas do PMDB continuam atacando as condições de renegociação da dívida externa, fazem um diagnóstico diferente da economia, dizendo não à recessão, não ao FMI de que o Brasil precisa de dinheiro externo lá fora. Como o PMDB é o partido majoritário, isso acaba gerando focos de indefinição lá fora. Aliás, o discurso da capitalização dos juros é feito pelas mesmas pessoas que criticavam a excessiva dependência brasileira do Exterior. Estas mesmas pessoas querem que continuemos rolando a dívida em forma de bola de neve para as futuras gerações pagarem.

Se o discurso fosse homogêneo, o Planejamento não estaria atacando a fórmula de correção monetária engendrada pelo Banco Central. O Banco Central não estaria cobrando do Planejamento os cortes nos gastos governamentais. Mesmo que o governo encontre uma linguagem comum é preciso que sua base política também encontre um denominador único.

O trabalhador, na atual situação econômica, pode esperar melhores condições de vida, já que há cinco anos sofre a perda do poder aquisitivo?

O assalariado deve ter em conta que o País precisa voltar ao desenvolvimento auto-sustentado. Quando isso ocorrer, as greves deixarão de ser um fator inflacionário e passarão a ser um mecanismo de distribuição de riqueza. O melhor exemplo que temos ainda é a Argentina. Um país auto-suficiente em petróleo, em produção agrícola, com o melhor nível educacional da América Latina, em que o processo de industrialização se fez há mais tempo. Vítima do populismo, a Argentina começou a afundar e está afundando há 40 anos. Oscilando entre a ditadura militar e o populismo, as negociações e discussões de seus problemas se tornaram emocionais, com o trabalhador contra o patrão, o setor industrial contra o setor financeiro e agrícola. O jogo não é esse. Enquanto isso, na América Latina inteira, o setor público continua avançando. Não é que o sistema de livre empresa não funcione no Hemisfério Sul. É que ele não foi testado na verdade.

Por que não funciona o sistema de mercado?

Existe uma aliança espúria entre as oligarquias num país subdesenvolvido e o setor público. É a forma com que se acumulam reservas. É com carta patente para o mercado financeiro, com encomendas garantidas para as empresas estatais, com crédito subsidiado para os setores que possuem poder de lobby junto às autoridades. Essa associação espúria de meia dúzia de empresários que dão sustentação à esse governo vai desvirtuando completamente o poder, vai fazendo um simulacro de capitalismo.

Se o Brasil fosse um regime de livre-empresa, não teríamos o caso do Sulbrasil, Coroa-Brastel, agora o Sérgio Dourado, enfim, casos de empresários que estão sob proteção especial. Estourou, não tem governo para proteger ou para sustentar. A Caixa Econômica Federal há 20 anos não executa os débitos do Sérgio Dourado. Troca-se o governo e decide-se executá-lo. Ai, o Sérgio Dourado passa a ser um mau empresário. É um absurdo o governo decidir quem é bom ou mau empresário. Esse poder deve ser do livre jogo de forças do mercado. Está tudo errado. O governo que não tem legitimidade, não tem voto popular, tem de cooperar com elites.

Temos de repensar o nosso modelo econômico. O Brasil tem de passar por uma desestatização, rever a forma de entrada de capital estrangeiro para recebê-lo como capital de risco e não como capital de empréstimo ou financiamento, optar por mais setor privado e menos setor público, trazer mais concorrência e eficiência para seus mercados internos, mais desconcentração do poder econômico. Seria bom uma parada para pensar, não o que eu posso arrancar da Nova República, mas, sim, o que poderemos fazer para torná-la viável.

Sabemos que existe uma crise no Sistema Financeiro da Habitação, sabemos que está se configurando uma crise no setor bancário, há ameaça de moratória interna, sabemos que o setor público continua com um déficit enorme, sabemos que hoje existe uma estatização da poupança nacional. Sabemos que o parque industrial precisa da abertura para o Exterior para reduzir a vulnerabilidade cambial e para evitar que o ABC se transforme num barril de pólvora. São problemas sérios que não serão solucionados com medidas tópicas e emergenciais. Precisamos definir para onde queremos ir na Nova República.